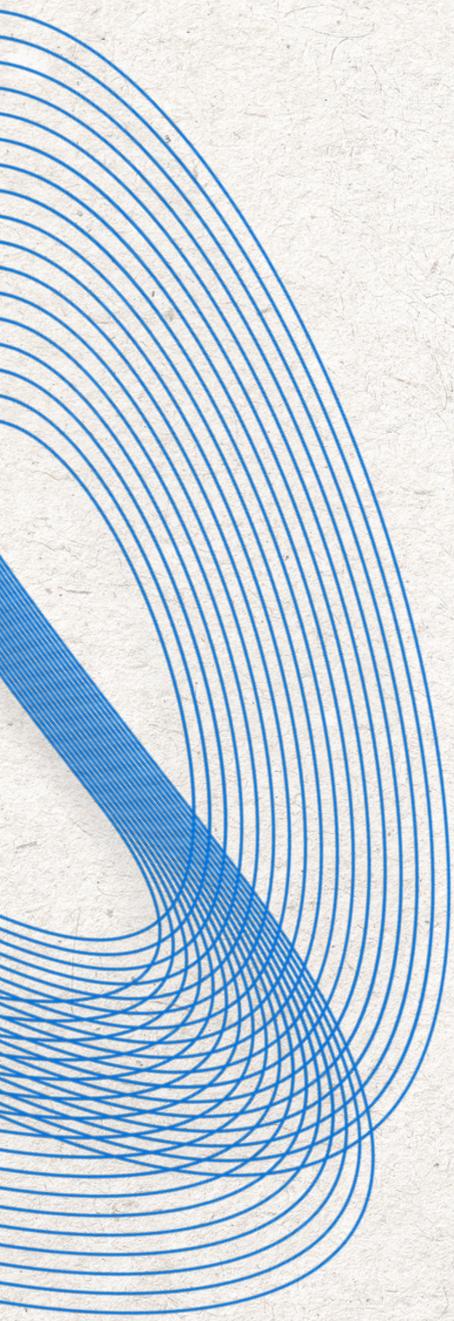




Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Rurópolis



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 - Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Rurópolis (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

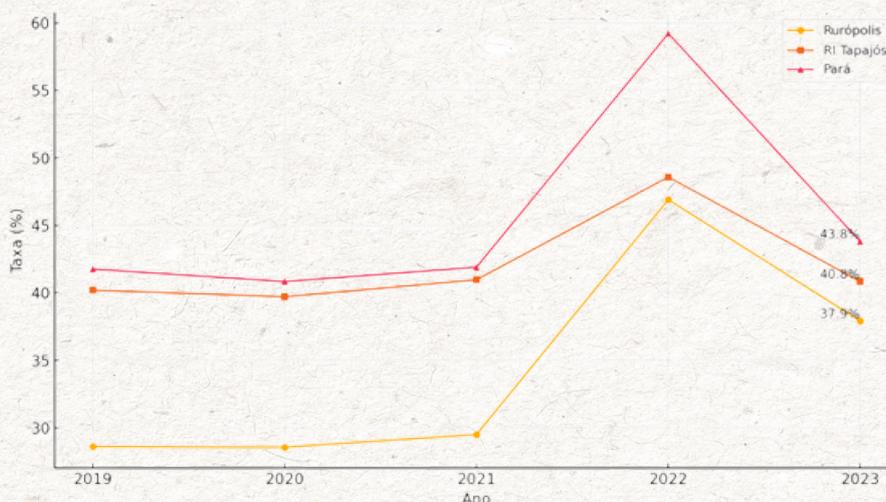
Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Rurópolis apresentou leve crescimento, saindo de aproximadamente 28,5% para cerca de 29,3%, mantendo-se consideravelmente abaixo das médias da RI Tapajós e do estado do Pará, que oscilaram em torno de 40% a 42% no mesmo período. Esse cenário sugere um padrão de relativa estabilidade no município, ainda que em um patamar inferior às demais escalas territoriais (Gráfico 1).

Em 2022, observa-se um pico significativo na taxa de pobreza nos três níveis analisados. Rurópolis atingiu 47,5%, a RI Tapajós 48,3% e o estado do Pará chegaram a alarmantes 59,1%. Esse salto pode estar relacionado a efeitos socioeconômicos persistentes da pandemia de COVID-19, como aumento do desemprego, inflação de alimentos e redução de renda familiar, o que impactou fortemente a população vulnerável (Gráfico 1).



No ano de 2023, há uma queda expressiva no indicador em todos os territórios: Rurópolis recua para 37,9%, a RI Tapajós para 40,8% e o estado para 43,8%. Ainda que os níveis permaneçam elevados, o recuo em relação a 2022 pode indicar efeitos de retomada econômica, ampliação de políticas públicas de transferência de renda e reaquecimento do mercado de trabalho. Rurópolis continua abaixo das médias regionais e estadual, evidenciando algum diferencial local positivo no combate à pobreza (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Rurópolis mantiveram-se estáveis entre 2019 (59,3%) e 2020 (59,5%), mesmo com a pandemia, enquanto a RI Tapajós e o estado do Pará registraram quedas expressivas no mesmo período. Esse comportamento aponta para uma manutenção dos investimentos básicos no município, enquanto outras esferas reduziram proporcionalmente tais gastos, provavelmente realocando recursos para ações emergenciais (Gráfico 2).

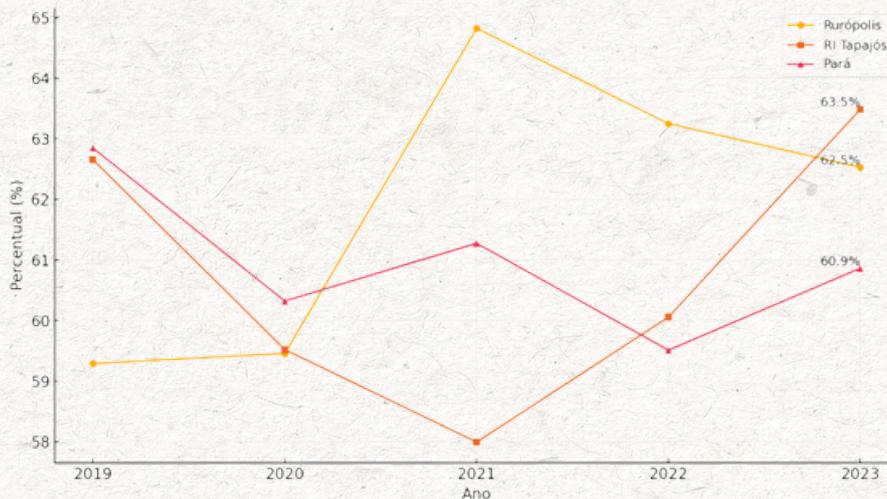
Em 2021, Rurópolis apresentou um salto expressivo no indicador, alcançando 64,8% do total das despesas, o que sugere priorização intensa de áreas como saúde, educação, assistência social, saneamento, entre outros. Em contrapartida, a RI Tapajós registrou o menor patamar da série (58%), o que evidencia um descompasso entre o município e sua região imediata quanto à destinação orçamentária para serviços essenciais (Gráfico 2).

Nos anos seguintes, Rurópolis manteve percentuais ele-

vados, com leve queda para 63,2% em 2022 e 62,5% em 2023, ainda acima das médias da RI Tapajós (63,5% em 2023) e do estado (60,9%). Tal padrão reafirma o compromisso municipal com áreas essenciais do bem-estar da população, podendo estar relacionado com os menores níveis de pobreza registrados no município em relação às escalas superiores (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2021, a taxa de crianças com baixo peso ao nascer em Rurópolis apresentou um crescimento gradual, passando de 5,6% para 6,1%. No mesmo período, a RI Tapajós variou entre 6,7% e 7,9%, enquanto o estado do Pará se manteve mais estável, entre 7,7% e 7,9%. Esses dados indicam que, apesar do crescimento, Rurópolis ainda apresentava desempenho relativamente melhor que os demais recortes territoriais (Gráfico 3).

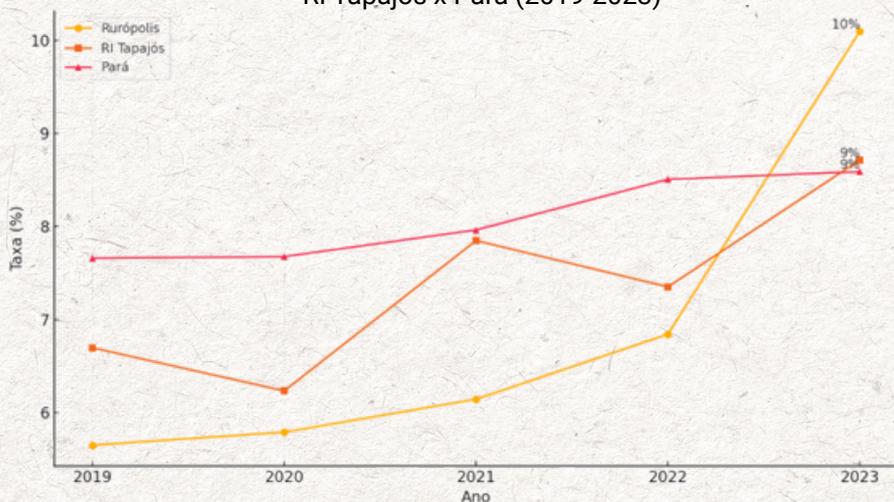
Em 2022, Rurópolis intensificou essa tendência de alta, atingindo 6,9%, aproximando-se da média da RI Tapajós (7,3%) e do estado (8,5%). Esse aumento pode sinalizar piora nas condições de pré-natal

e nutrição materna no município, ou mesmo dificuldades no acesso aos serviços básicos de saúde durante e após a pandemia, refletindo um contexto de vulnerabilidade (Gráfico 3).

Em 2023, o índice em Rurópolis deu um salto expressivo para 10%, ultrapassando as médias da RI Tapajós e do estado, ambas em 9%. Esse comportamento invertido em relação aos anos anteriores indica uma possível deterioração significativa nas condições de saúde infantil e materna locais. A elevação abrupta sugere a necessidade urgente de intervenção em políticas de saúde reprodutiva e atenção básica no município (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

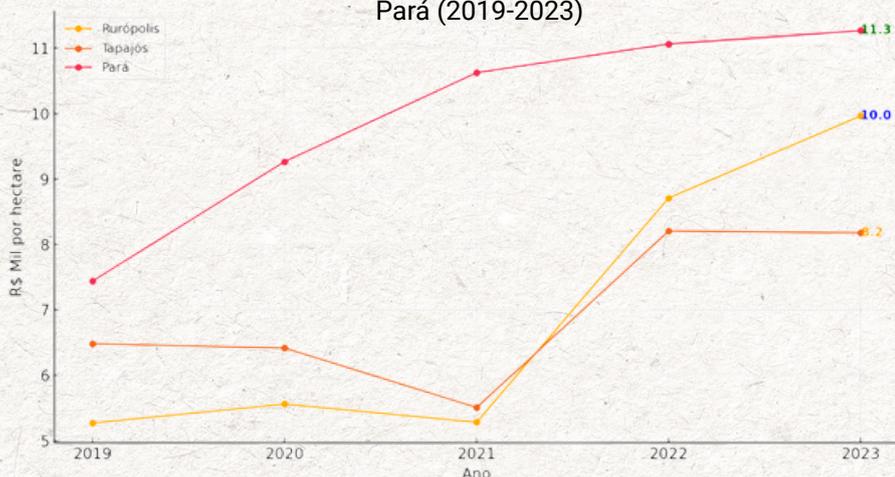
A produtividade agrícola em Rurópolis iniciou a série com valores modestos, em torno de R\$ 5,2 mil/hectare em 2019, mantendo um leve crescimento até 2020 (R\$ 5,6 mil) e uma leve queda em 2021 (R\$ 5,3 mil). Esse comportamento refletia certa estabilidade, ainda que abaixo das médias da RI Tapajós e do Pará, que apresentavam valores acima de R\$ 6 mil e R\$ 7 mil/hectare, respectivamente, com crescimento consistente (Gráfico 4).

A partir de 2022, houve uma inflexão positiva marcante: a produtividade agrícola em Rurópolis saltou para R\$ 8,6 mil/hectare, ultrapassando inclusive a média da RI Tapajós (R\$ 8,2 mil) e se aproximando da média estadual (R\$ 11,0 mil). Esse crescimento sugere avanços significativos no uso de tecnologias, mecanização, práticas de manejo ou na diversificação da produção local (Gráfico 4).

Em 2023, Rurópolis manteve a trajetória ascendente e atin-

giu R\$ 10,0 mil/hectare, consolidando sua posição acima da RI Tapajós (R\$ 8,2 mil) e reduzindo ainda mais a distância em relação ao estado (R\$ 11,3 mil). Esse desempenho reforça uma tendência positiva de valorização do setor agrícola no município, com possível impacto na geração de renda, emprego e arrecadação, além de potenciais efeitos indiretos sobre outros indicadores sociais (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Em 2021, Rurópolis registrou uma forte queda, atingindo 10,6 óbitos por mil nascidos vivos – o menor valor da série e bem abaixo tanto da RI Tapajós (20,6) quanto do Pará (14,8). Esse resultado pontual pode indicar uma melhora específica nas condições de saúde materno-infantil ou uma variação estatística atípica, considerando o pequeno número de nascimentos em municípios de menor porte, o que torna o indicador mais sensível (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

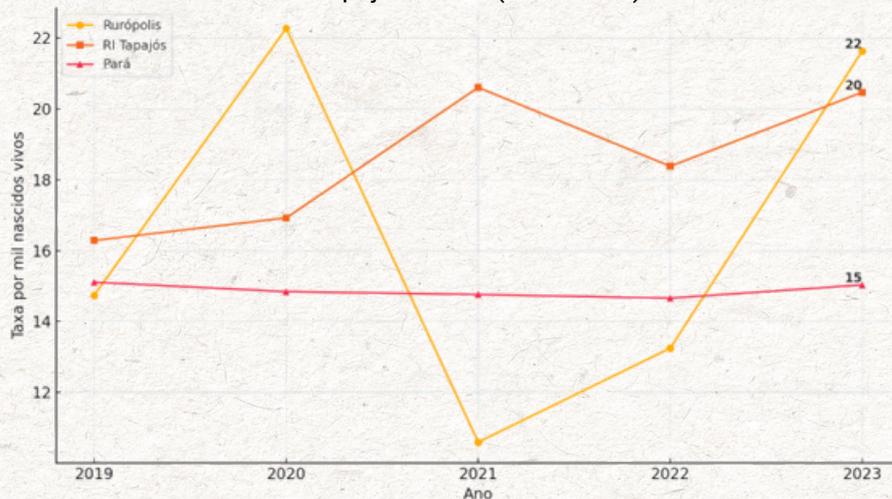
A taxa de mortalidade infantil em Rurópolis apresentou um padrão altamente instável entre 2019 e 2023. Em 2019, o município iniciou com 14,8 mortes por mil nascidos vivos, próximo à média estadual (15,1) e inferior à da RI Tapajós (16,4). Em 2020, contudo, essa taxa saltou para 22,3, superando significativamente os demais recortes territoriais, o que pode refletir fragilidades no acesso ou qualidade do atendimento neonatal durante o período crítico da pandemia (Gráfico 5).





Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

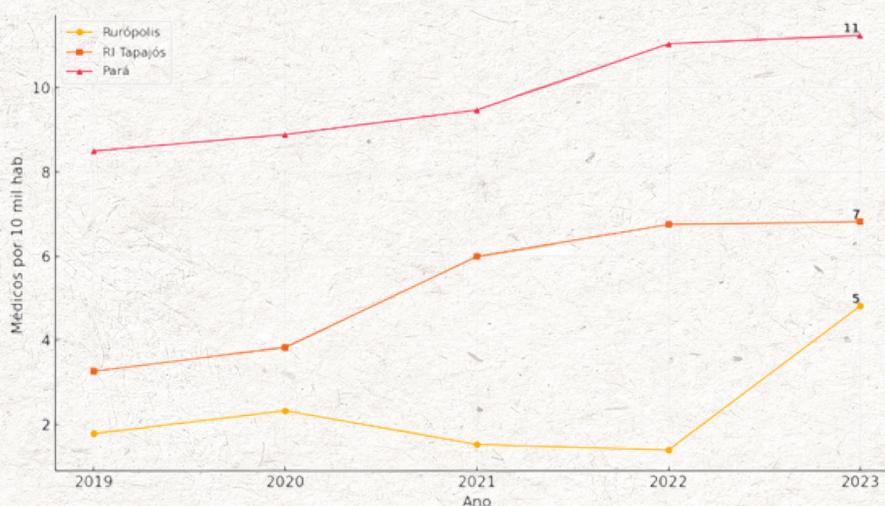
O número de médicos por 10 mil habitantes em Rurópolis evoluiu de forma lenta e desigual entre 2019 e 2023. Em 2019, o município apresentava 1,8 médico por 10 mil habitantes, índice bastante inferior às médias da RI Tapajós (3,3) e do Pará (8,5). Em 2020, houve um pequeno avanço para 2,3, mas os dois anos seguintes mostraram uma queda para 1,6 em 2021 e 1,4 em 2022, reforçando um quadro de escassez crítica de profissionais de saúde (Gráfico 6).

Essa baixa cobertura médica contrasta com a evolução positiva da RI Tapajós, que saltou de 3,3 médicos em 2019 para 6,8 em 2022, e do estado do Pará, que aumentou de 8,5 para 11 médicos no mesmo período. A estagnação ou regressão de Rurópolis pode ter contribuído diretamente para os picos de mortalidade infantil observados, dado o vínculo entre presença médica e qualidade do cuidado perinatal e infantil (Gráfico 6).



Em 2023, Rurópolis apresentou uma recuperação significativa, atingindo 5 médicos por 10 mil habitantes – maior valor da série e evidência de avanço nas políticas de provimento de profissionais. Apesar da melhora, o município ainda se mantém abaixo das médias regional (7) e estadual (11), o que indica a necessidade de ações estruturantes e permanentes para garantir a fixação e a atuação de profissionais de saúde, especialmente em áreas remotas e vulneráveis (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o número de vagas no ensino público por mil habitantes em Rurópolis manteve-se praticamente estável, variando levemente de 129,3 para 130,5. Durante esse mesmo período, tanto a RI Tapajós quanto o estado do Pará apresentaram níveis significativamente superior, sempre acima de 205 vagas por mil habitantes, demonstrando uma maior cobertura educacional em relação ao município (Gráfico 7).

Em 2022, Rurópolis apresentou uma forte expansão na oferta de vagas, atingindo 182,5 por mil habitantes – um salto expressivo em relação

aos anos anteriores. Esse crescimento aproximou o município das médias da RI Tapajós (229,9) e do Pará (219,3), possivelmente refletindo esforços de expansão da rede pública local, como construção de escolas, abertura de turmas ou programas de municipalização do ensino (Gráfico 7).

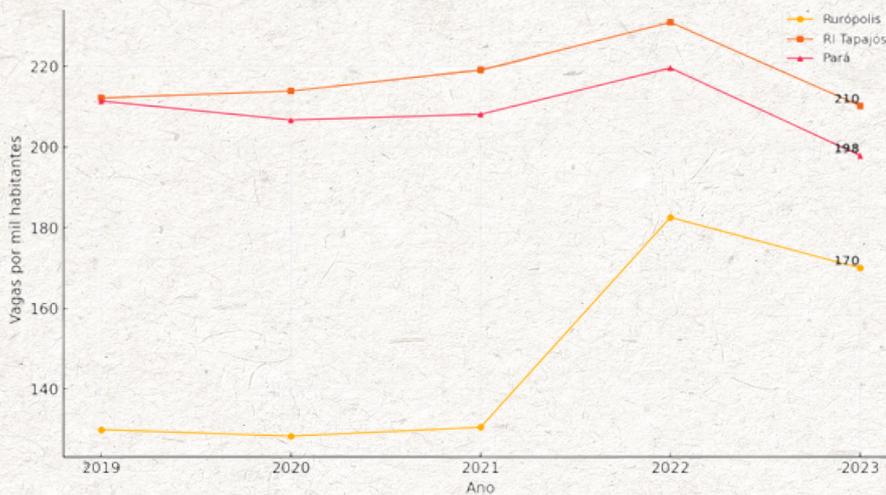
No entanto, em 2023, Rurópolis sofreu uma retração significativa, recuando para 170 vagas por mil habitantes, enquanto a RI Tapajós e o Pará também apresentaram queda, mas ainda mantiveram patamares mais elevados (210 e 198, respectivamente).



Essa redução pode refletir fechamento de turmas, redução de matrículas ou ajustes administrativos, apontando a necessidade de monitoramento contínuo para evitar retrocessos na oferta educacional (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 170 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em 2019, apenas 17% das escolas de Rurópolis possuíam acesso à internet, valor bem abaixo das médias da RI Tapajós (30%) e do estado do Pará (34,3%). Nos anos seguintes, houve progressos graduais: o percentual subiu para 23% em 2020, 28% em 2021 e 33% em 2022. Ainda assim, até 2022, o município seguia com cobertura inferior aos demais níveis territoriais, que já superavam 45% (Gráfico 8).

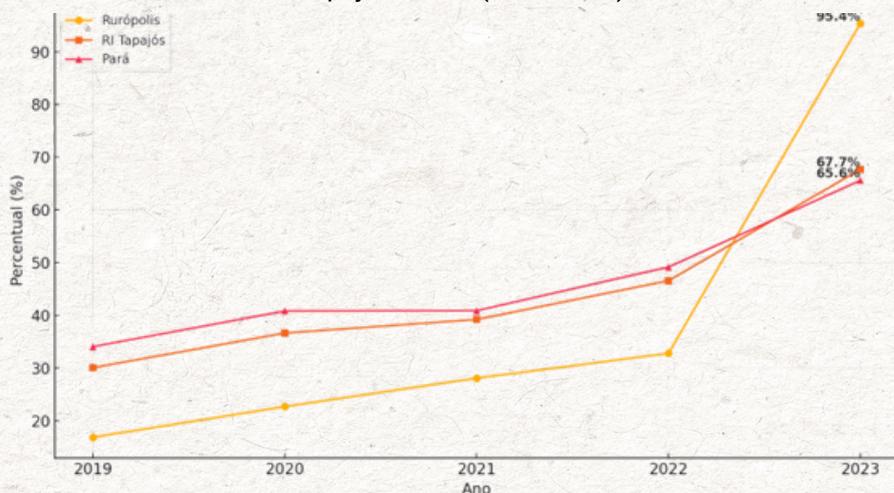
Em 2023, contudo, Rurópolis

apresentou um avanço excepcional no indicador, atingindo 95,4% de escolas com acesso à internet – um crescimento de mais de 60 pontos percentuais em um único ano. Esse resultado elevou o município acima tanto da RI Tapajós (67,7%) quanto do estado do Pará (65,6%), o que indica forte investimento em infraestrutura tecnológica educacional, possivelmente com apoio de programas federais ou estaduais (Gráfico 8).

Esse salto em conectividade escolar representa um marco relevante para a qualidade do ensino em Rurópolis, abrindo espaço para maior uso de recursos digitais, inclusão digital dos alunos e integração com plataformas educacionais. No entanto, é essencial garantir a qualidade do acesso e sua efetiva utilização pedagógica para que esse avanço se traduza em melhores resultados de aprendizagem (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



Entre 2019 e 2023, o município de Rurópolis apresentou uma variação significativa nos casos de violência contra a mulher por parceiros, por 100 mil habitantes. Em 2019 e 2021, o número foi zero, enquanto em 2020 registrou-se 3,8 casos e em 2022 houve um pico de 9,4, seguido por uma queda acentuada para 2 em 2023. Essa oscilação pode indicar tanto dificuldades no registro e notificação de casos quanto variações reais na incidência da violência, sendo importante considerar também o impacto de campanhas de conscientização e políticas públicas locais no período (Gráfico 9).



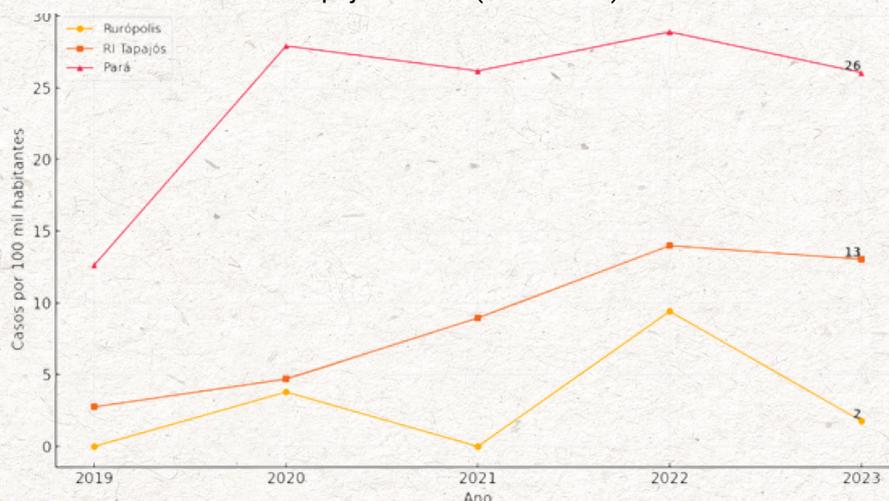
Na Região de Integração (RI) Tapajós, o indicador demonstrou tendência crescente de 2019 (2,9) a 2022 (13,9), sugerindo um aumento relevante de casos reportados ou de intensificação do problema, com uma leve queda em 2023 (13). Esse comportamento pode refletir uma intensificação das tensões sociais ou uma ampliação dos canais de denúncia, ainda que a leve redução mais recente aponte para uma possível reversão ou estabilização (Gráfico 9).

Já o estado do Pará apresentou os ma-

iores patamares ao longo do período. O indicador saltou de 12,7 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 27,9 em 2022, com uma leve redução para 26 em 2023. Esse crescimento persistente sinaliza que a violência contra a mulher permanece como um desafio estrutural, ainda que a leve redução no último ano possa indicar o início de uma resposta institucional mais eficaz ou uma oscilação pontual que merece monitoramento constante (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No município de Rurópolis, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres cresceu de forma notável ao longo do período analisado. Saindo de 37,8% em 2019 e passando por pequenas oscilações até 2022 (com variações entre 35,7% e 37,2%), o índice saltou significativamente para 45,2% em 2023. Esse avanço expressivo no último ano pode estar associado a políticas de equidade de gênero em empresas locais ou ao fortalecimento da presença feminina no mercado de trabalho mais qualificado (Gráfico 10).



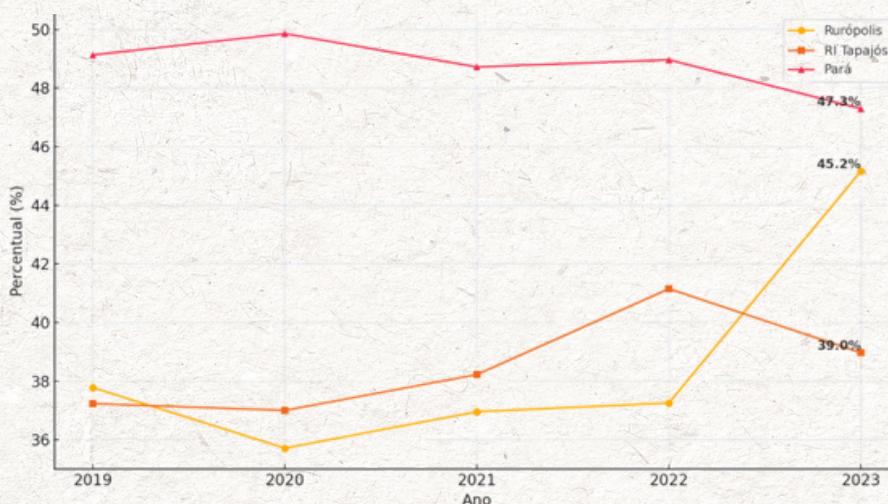


Na RI Tapajós, o crescimento foi mais modesto e menos consistente. O percentual iniciou em 37,3% em 2019 e atingiu um pico de 41,2% em 2022, recuando para 39% em 2023. Essa trajetória revela uma tendência positiva até o penúltimo ano, mas com perda de fôlego no período mais recente, sugerindo a necessidade de políticas mais robustas para garantir a consolidação e o avanço da presença feminina em cargos de liderança (Gráfico 10).

Em escala estadual, o Pará manteve

percentuais elevados durante todo o período, variando entre 48,9% (2019) e 49,8% (2020), e encerrando 2023 com 47,3%. Apesar de apresentar uma leve tendência de queda recente, o estado se destaca por ter quase paridade na ocupação de cargos gerenciais por mulheres, o que pode refletir tanto o protagonismo feminino em grandes centros urbanos quanto a eficácia de políticas de equidade em instituições públicas e privadas (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

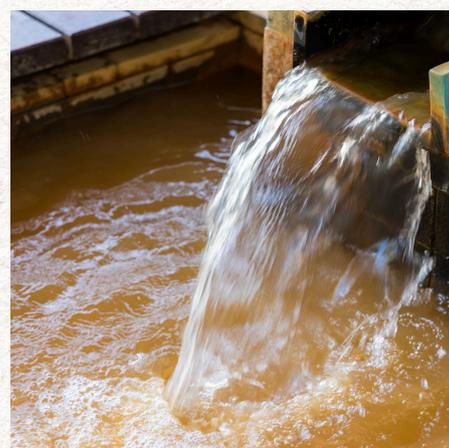
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Entre 2019 e 2023, o município de Rurópolis manteve um padrão extremamente baixos no percentual de população de baixa renda atendida por coleta de esgoto, oscilando levemente de 0,4% em 2019 para 0,5% em 2023, com uma discreta elevação em 2022 (0,6%). Isso indica estagnação na expansão desse serviço básico à população vulnerável, sugerindo carência de investimentos ou entraves estruturais para a ampliação da cobertura nesse segmento populacional específico (Gráfico 11).

Na Região de Integração (RI) Tapajós, a trajetória também se manteve com percentuais baixos e pouco dinâmicos, partindo de 0,5% em 2019 e mantendo esse patamar até 2021, com leve crescimento para 0,6% em 2022 e recuo novamente a 0,5% em 2023. Essa estabilidade em um patamar tão reduzido revela uma ausência de políticas mais abrangentes para o atendimento das famílias de baixa renda no território regional, comprometendo avanços em saúde pública

e dignidade social (Gráfico 11).

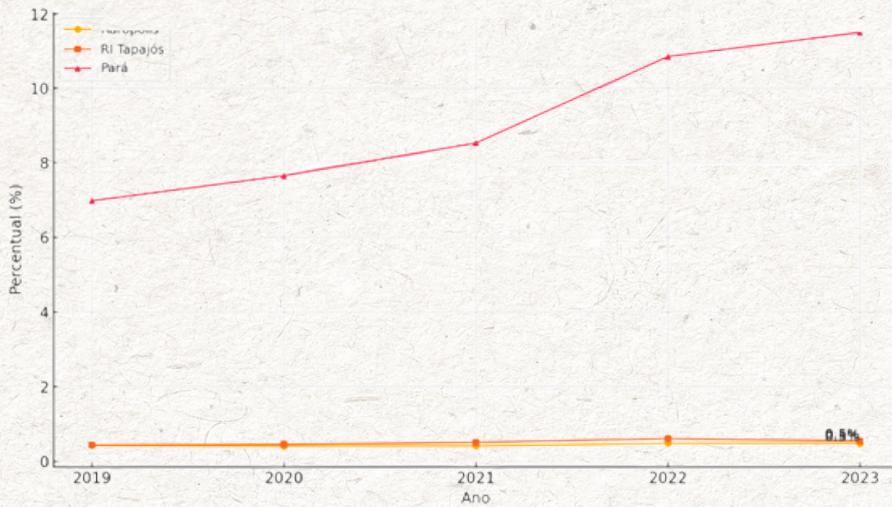
No estado do Pará, o indicador apresentou um desempenho notavelmente superior ao das demais escalas, partindo de 7% em 2019 e alcançando 11,5% em 2023. Houve uma aceleração expressiva principalmente entre 2021 e 2022, quando o percentual saltou de 8,5% para 11%, sinalizando investimentos mais robustos no saneamento voltado à população de baixa renda em nível estadual.



Ainda que a média paraense seja significativamente superior à de Rurópolis e da RI Tapajós, o valor final de 11,5% ainda reflete uma baixa cobertura relativa (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Rurópolis, o gasto municipal com saneamento per capita apresentou grande volatilidade. Em 2019, o valor era de R\$ 24 por habitante, caiu bruscamente para apenas R\$ 4 em 2020, e a partir de então passou a subir, atingindo R\$ 20 em 2021 e R\$ 35 em 2022. Em 2023, há um recuo leve para R\$ 31. Essa trajetória sugere descontinuidade nos investimentos, refletindo provavelmente oscilações orçamentárias locais ou mudanças de prioridades administrativas que impactaram diretamente a execução de políticas públicas de saneamento (Gráfico 12).

Na RI Tapajós, a evolução dos gastos foi mais estável e crescente. O indicador passou de R\$ 18 por habitante em 2019 para R\$ 44 em 2023, mesmo com uma pequena oscilação

negativa entre 2021 e 2022.

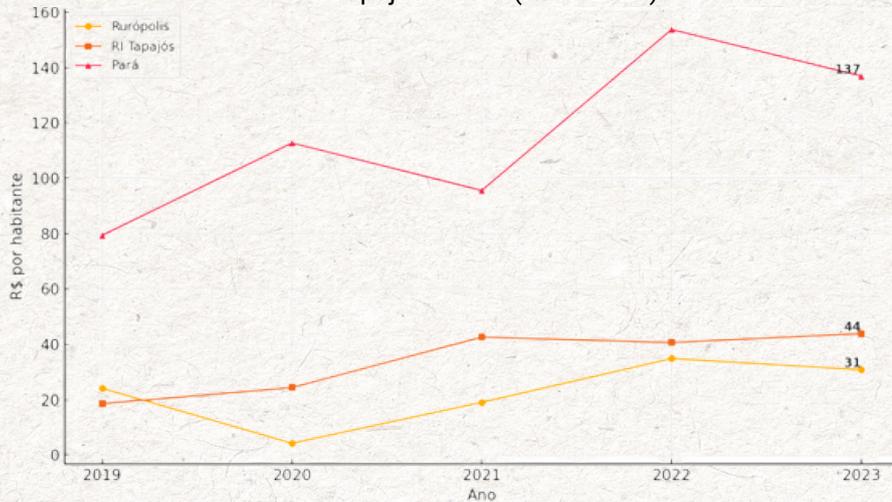
A constância dessa trajetória revela uma tendência de maior comprometimento regional com a ampliação do saneamento, ainda que o volume investido permaneça modesto diante das carências estruturais que caracterizam a região (Gráfico 12).

No Pará, o gasto per capita foi substancialmente mais elevado que nos outros níveis, partindo de R\$ 79 em 2019, atingindo um pico de R\$ 154 em 2022 e fechando em R\$ 137 em 2023. Apesar de uma leve redução no último ano, o padrão é de crescimento expressivo e consistente, indicando esforços robustos por parte do governo estadual em ampliar o investimento em saneamento básico.





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 31/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



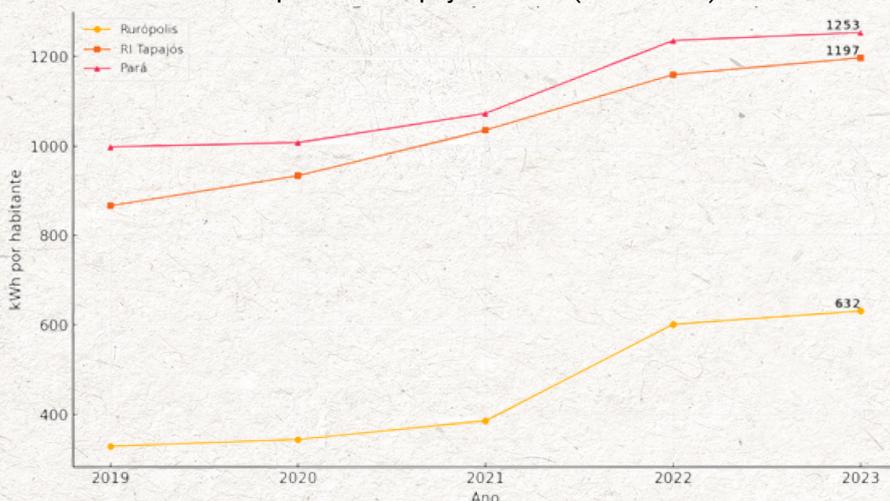
O município de Rurópolis apresentou crescimento contínuo no consumo per capita de energia elétrica ao longo do período, partindo de 327 kWh/hab. em 2019 e alcançando 632 kWh/hab. em 2023, praticamente dobrando o consumo em cinco anos. A elevação mais expressiva ocorreu entre 2021 e 2022, com um salto de 388 para 600 kWh/hab., sugerindo aumento na eletrificação, ampliação do acesso e possivelmente melhoria nas condições socioeconômicas. No entanto, mesmo com esse avanço, o consumo de Rurópolis ainda permanece muito abaixo das médias regional e estadual (Gráfico 13).



Na Região de Integração Tapajós, o crescimento também foi consistente, com aumento de cerca de 38% no período – de 870 kWh/hab. em 2019 para 1.197 kWh/hab. em 2023. Esse avanço gradual e contínuo sugere expansão da infraestrutura elétrica e aumento da demanda energética por parte da população e dos setores produtivos. Apesar da disparidade em relação ao estado como um todo, a RI Tapajós demonstrou uma aproximação significativa dos padrões estaduais, indicando integração positiva com políticas de desenvolvimento energético (Gráfico 13).

No estado do Pará, o consumo per capita de energia elétrica cresceu de forma firme e mais acelerada, saltando de 997 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. A principal elevação ocorreu entre 2021 e 2022, o que pode estar relacionado à retomada da atividade econômica pós-pandemia e ao avanço de programas de expansão energética. O patamar mais elevado do estado em relação aos demais níveis reforça disparidades territoriais, mas também evidencia um esforço estadual na ampliação do acesso e uso de energia elétrica como vetor de desenvolvimento (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 632 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Rurópolis, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação por fontes fósseis caiu de 6,5% em 2019 para 4,1% em 2023, o que representa uma redução de mais de 2 pontos percentuais. Essa trajetória de queda foi contínua ao longo do período, sugerindo substituição gradual por formas de iluminação elétrica, embora o percentual ainda seja elevado. Isso revela que uma parcela considerável da população mais vulnerável ainda depende de fontes como lamparinas ou geradores a diesel, o que indica carência persistente em termos de infraestrutura elétrica residencial (Gráfico 14).

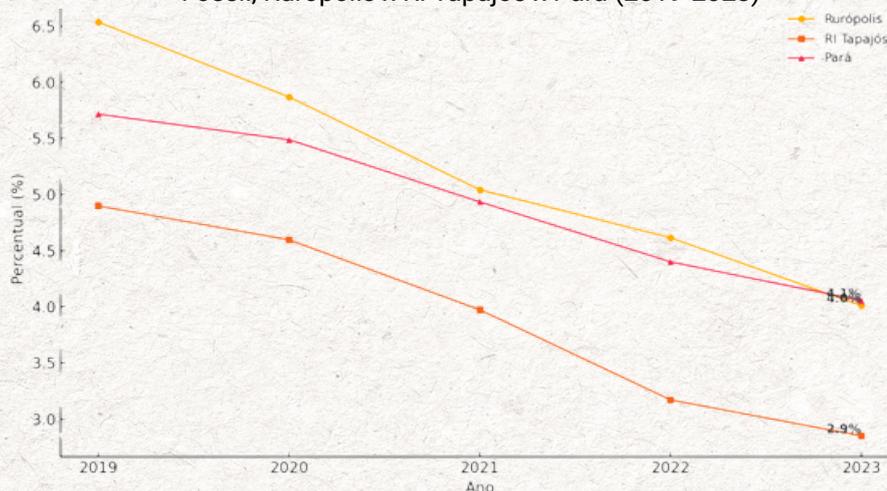


Na RI Tapajós, a redução foi mais expressiva, passando de 4,9% em 2019 para 2,9% em 2023. A queda mais acentuada ocorreu entre 2020 e 2022, sinalizando que iniciativas de universalização do acesso à eletricidade podem ter sido mais eficazes nessa escala territorial. A diferença positiva da região em relação ao município reforça a hipótese de que Rurópolis tem enfrentado mais obstáculos para reduzir a dependência de iluminação fóssil, o que pode incluir fatores como dispersão populacional e limitações técnicas para eletrificação rural (Gráfico 14).

Já no estado do Pará, o percentual caiu de 5,7% em 2019 para 4,0% em 2023, demonstrando uma trajetória de queda semelhante à de Rurópolis, porém com ritmo levemente mais moderado. Isso sugere que, embora o estado esteja avançando na substituição da iluminação fóssil, ainda existem desafios consideráveis, especialmente nas áreas mais isoladas e vulneráveis. O dado de 2023 indica que, apesar dos progressos, um número relevante de domicílios ainda se encontra em situação de precariedade energética (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

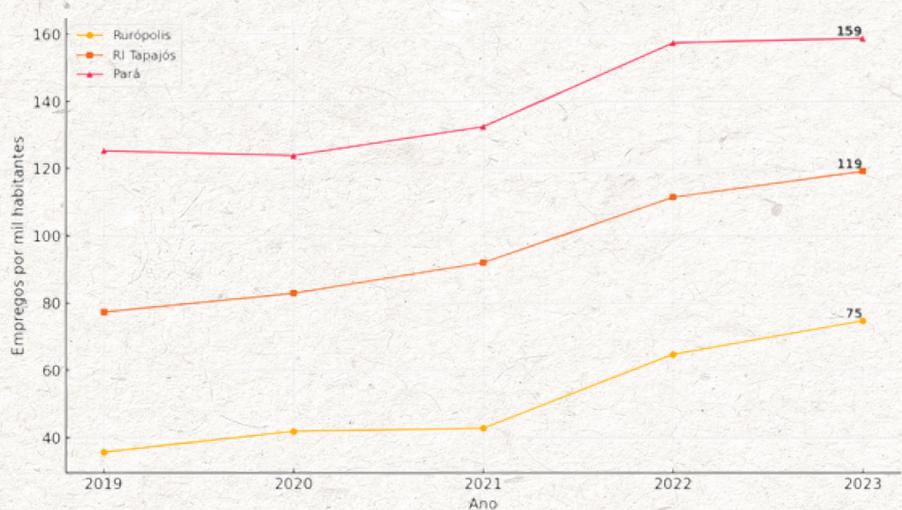
Entre 2019 e 2023, o município de Rurópolis apresentou uma trajetória de crescimento contínuo no número de empregos formais por mil habitantes, partindo de 35 em 2019 e chegando a 75 em 2023, mais que dobrando o indicador ao longo do período. O salto mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, quando o valor passou de 43 para 65, o que pode estar relacionado à recuperação econômica pós-pandemia, à ampliação de oportunidades no setor produtivo local ou a políticas de formalização do trabalho. Ainda que em patamar inferior às demais escalas territoriais, o ritmo de crescimento recente é significativo e sinaliza avanços na estrutura ocupacional do município (Gráfico 15).

Na Região de Integração (RI) Tapajós, a evolução também foi positiva e constante, com o indicador saindo de 77 empregos formais por mil habitantes em 2019 e alcançando 119 em 2023. O crescimento mais acentuado se deu entre 2021 e 2022, reforçando a tendência de recuperação do mercado de trabalho regional. A RI Tapajós se manteve sistematicamente acima do nível municipal, o que evidencia uma maior diversificação econômica regional e possível concentração de empregos em centros urbanos regionais com maior densidade populacional e presença institucional mais forte (Gráfico 15).



No estado do Pará, o número de empregos formais por mil habitantes foi ainda mais elevado durante todo o período, partindo de 126 em 2019 e atingindo 159 em 2023. A elevação gradual até 2021 foi sucedida por um forte crescimento entre 2021 e 2022, em linha com a recuperação da atividade econômica e o fortalecimento de setores formais, como indústria, comércio e serviços. A manutenção de um patamar superior ao das demais escalas revela a concentração de empregos formais em áreas mais urbanizadas e desenvolvidas do estado, mas também destaca o desafio de interiorizar o crescimento e garantir maior equidade territorial na formalização do trabalho (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 75 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

No município de Rurópolis, o PIB per capita apresentou uma trajetória de crescimento contínuo entre 2018 e 2022, saindo de aproximadamente R\$ 7.076 em 2018 para R\$ 14.025 em 2022. Apesar de manter-se como o menor entre os três níveis territoriais, o crescimento foi expressivo, especialmente entre 2021 e 2022, período em que o valor praticamente saltou de R\$ 9.500 para mais de R\$ 14 mil. Esse avanço pode estar relacionado à valorização de atividades locais, especialmente do setor industrial e do agronegócio,



ainda que o patamar permaneça distante das médias regional e estadual (Gráfico 16).

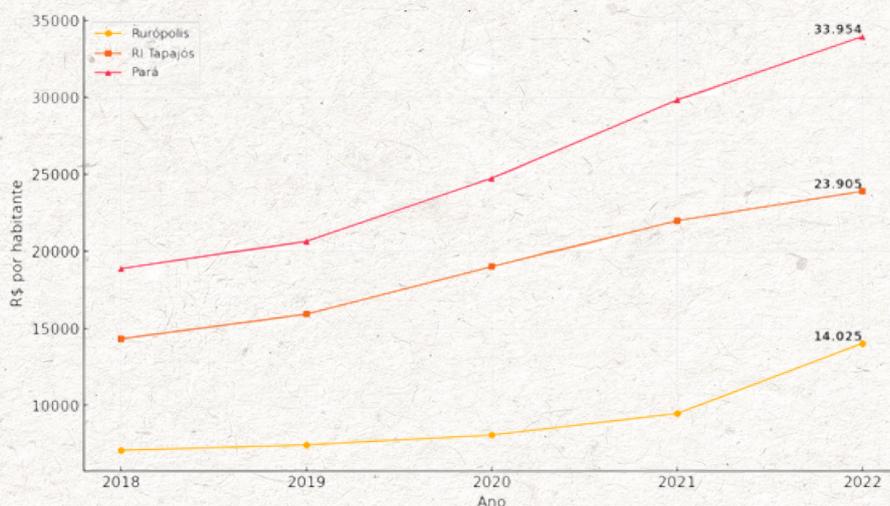
Na Região de Integração Tapajós, o indicador também

apresentou crescimento firme, partindo de R\$ 14.400 em 2018 para R\$ 23.905 em 2022. O aumento mais acentuado ocorreu entre 2019 e 2021, sugerindo um desempenho positivo de atividades produtivas intensivas em capital, possivelmente ligadas à exploração de recursos naturais e atividades logísticas. Ainda que o ritmo de crescimento tenha sido ligeiramente menor que o estadual, a RI Tapajós manteve um padrão intermediário e relativamente estável em termos de contribuição econômica per capita (Gráfico 16).



Em nível estadual, o PIB per capita evoluiu de R\$ 18.900 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, com aumento consistente ao longo de todo o período. A aceleração entre 2019 e 2022 reflete o fortalecimento da economia paraense, impulsionada por setores extrativos e industriais, especialmente mineração e energia. O crescimento superior a 79% no período reforça a concentração de riqueza em regiões estratégicas do estado, o que evidencia disparidades territoriais persistentes — particularmente em comparação com municípios como Rurópolis, que ainda apresentam baixa produtividade econômica média (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14.025/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Rurópolis, a participação da indústria no PIB local manteve-se baixa ao longo do período, partindo de 7,9% em 2018, oscilando levemente até 2020, e atingindo 13% em 2022 após um pico de 13,4% em 2021. Ainda que os números indiquem algum dinamismo no setor, o nível de industrialização local permanece limitado, refletindo uma economia possivelmente mais dependente de atividades primárias ou do setor de serviços. O salto entre 2020 e 2021, no entanto, sinaliza possíveis investimentos pontuais em atividades industriais ou agroindustriais que merecem monitoramento (Gráfico 17).

Na RI Tapajós, a participação

industrial no PIB apresentou evolução mais robusta, crescendo de 15,3% em 2018 para 23,3% em 2022. A tendência foi de crescimento estável ao longo dos anos, com destaque para a ampliação entre 2019 e 2020. Esse comportamento evidencia a importância crescente do setor industrial na região, possivelmente impulsionado por cadeias produtivas associadas à exploração de recursos naturais, à logística fluvial e à industrialização parcial de commodities locais (Gráfico 17).

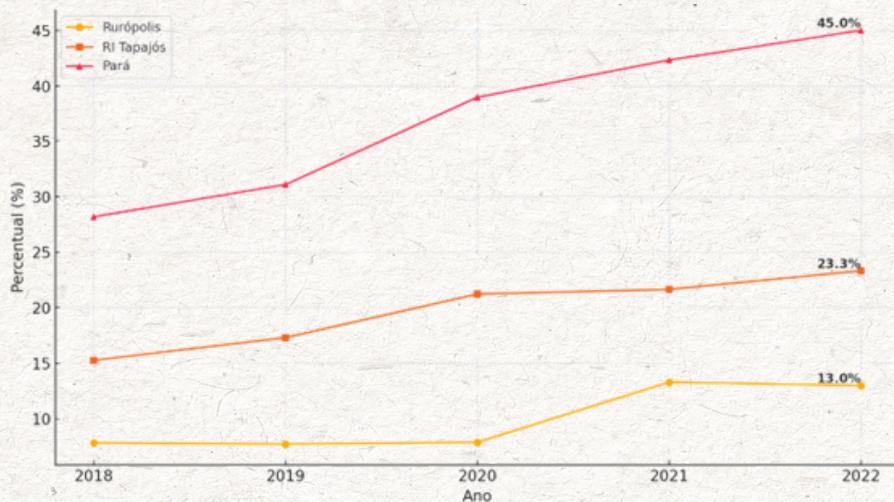
O estado do Pará apresentou o maior crescimento e a maior participação da indústria no PIB, partindo de 28,2% em 2018 e alcançando 45% em

2022. Esse avanço expressivo destaca a industrialização intensiva em setores estratégicos como mineração, energia e transformação mineral. O aumento da participação industrial indica um processo de consolidação de um modelo econômico fortemente pautado na indústria de base, ainda que concentrado em determinadas regiões do estado. Tal crescimento contribui para o aumento do PIB per capita estadual, mas não necessariamente se reflete de forma proporcional em todos os territórios paraenses, como evidencia a discrepância com os dados de Rurópolis (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Rurópolis apresentou crescimento expressivo na quantidade de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, partindo de 9,1 em 2019 e atingindo 20 em 2023. O salto mais significativo ocorreu entre 2021 e 2022, quando o indicador passou de 11,9 para 17,3, o que pode estar relacionado ao fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação, pesquisa aplicada ou à ampliação de vínculos profissionais



em áreas técnicas e científicas. Em 2023, Rurópolis superou inclusive a média da sua região de integração, demonstrando avanço relativo na densidade de profissionais especializados (Gráfico 18).

Na Região de Integração Tapajós, o número de profissionais da ciência também cresceu de forma consistente,

passando de 12,3 em 2019 para 19 em 2023. A trajetória foi ascendente ano a ano, embora o crescimento tenha sido mais moderado a partir de 2022. O desempenho regional sugere uma ampliação progressiva da qualificação da força de trabalho e da presença de atividades de base científica e tecnológica, possivelmente vinculadas a polos de pesquisa, educação superior ou ao avanço de cadeias produtivas que exigem maior qualificação técnica (Gráfico 18).

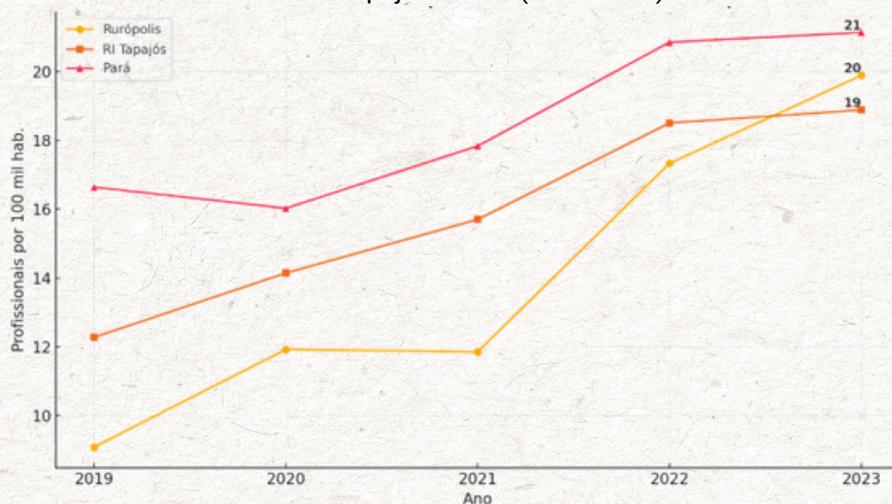
No estado do Pará, o indicador oscilou levemente no início da série, com uma pequena queda entre 2019 e 2020, mas retomou a tendência de crescimento a partir de 2021, alcançando 21 profissionais por 100 mil habitantes em 2023.





Embora o crescimento tenha sido relativamente mais contido em relação aos demais níveis, o estado manteve-se acima da média regional e municipal em quase todo o período, refletindo a concentração de profissionais da ciência em centros urbanos maiores e regiões com maior infraestrutura de pesquisa, como Belém e Santarém. O padrão estadual aponta para um avanço gradual, mas ainda insuficiente diante das demandas por inovação e qualificação em ciência e tecnologia no território paraense (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Rurópolis apresentou relativa estabilidade no indicador de massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB, com variações moderadas ao longo do período. Em 2019, o valor era de aproximadamente 1,29%, crescendo levemente em 2020 para 1,38%, o que sugere alguma expansão no emprego formal ou valorização dos salários naquele ano. No entanto, em 2021 houve uma queda para 1,14%, provavelmente associada aos efeitos econômicos residuais da pandemia, como retração da atividade e perda de postos de trabalho. A recuperação ocorre em 2022, com o percentual atingindo 1,40%, o maior da série para o municí-

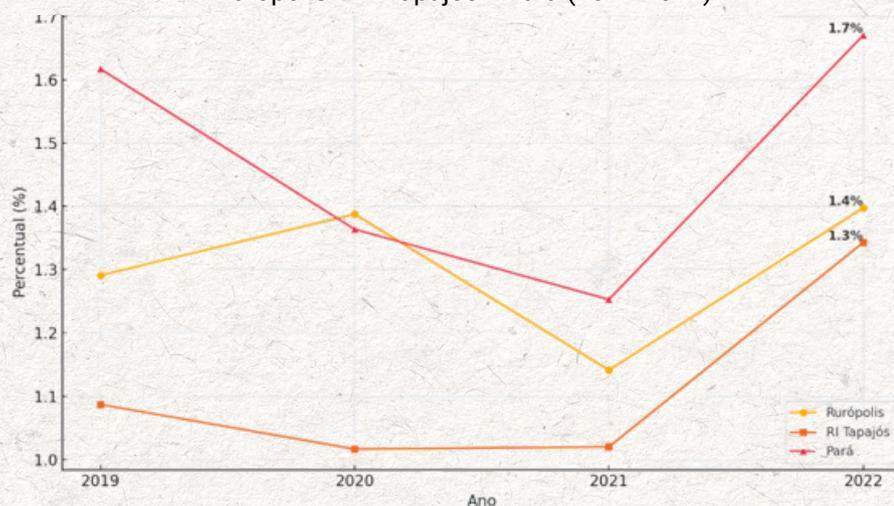
pio (Gráfico 19).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento foi ainda mais estável, partindo de 1,09% em 2019, com ligeira queda para 1,02% em 2020 e manutenção desse patamar em 2021. Em 2022, há um crescimento mais expressivo, alcançando 1,33%, o que pode indicar uma melhora nas condições do mercado de trabalho formal na região, possivelmente acompanhada de retomada econômica. Ainda assim, ao longo de todo o período, a RI Tapajós apresentou valores inferiores aos de Rurópolis e do estado, refletindo uma menor densidade salarial relativa no conjunto da região (Gráfico 19).

No estado do Pará, a trajetó-

ria foi mais volátil. O percentual iniciou em 1,61% em 2019, caiu para 1,36% em 2020 e atingiu seu ponto mais baixo em 2021 com 1,25%, refletindo os efeitos mais amplos da crise sanitária e econômica sobre o mercado de trabalho formal. Em 2022, no entanto, houve uma forte recuperação, com o indicador subindo para 1,70%, ultrapassando todos os anos anteriores da série. Esse comportamento reforça o papel das regiões economicamente mais dinâmicas do estado, onde há maior formalização e maior massa salarial relativa, e pode estar relacionado ao aquecimento de setores como mineração, construção civil e serviços urbanos nos centros maiores (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Em Rurópolis, o indicador de acesso à telefonia móvel apresentou crescimento gradual ao longo do período analisado, saindo de 21 linhas por 100 habitantes em 2019 e chegando a 46 em 2023. O avanço foi mais expressivo entre 2021 e 2022, quando o número saltou de 32 para 46, refletindo uma maior penetração dos serviços móveis no território municipal. Apesar da melhora, o patamar ainda é significativamente inferior às médias regional e estadual, indicando limitações estruturais e de mercado para a universalização desse serviço básico no município (Gráfico 20).

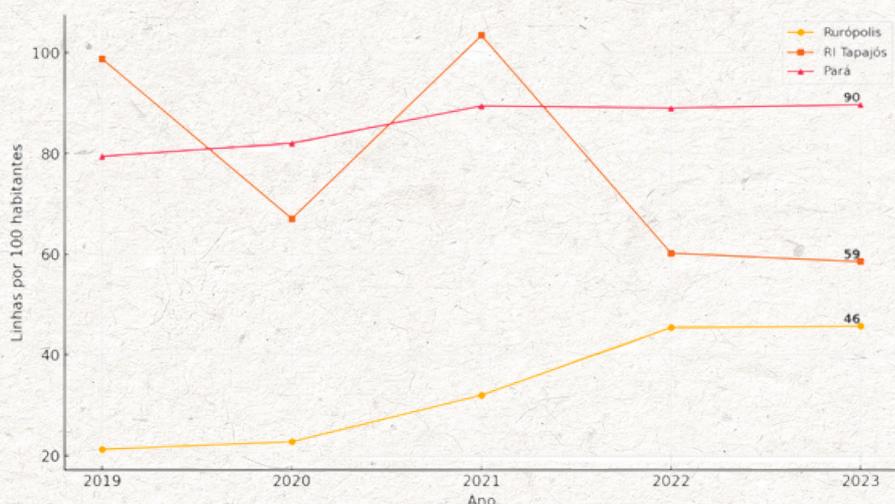
Na Região de Integração Tapajós, o comportamento do indicador foi mais instável. Em 2019, a RI apresentava alto nível de acesso, com 99 linhas por 100 habitantes, mas sofreu uma queda brusca em 2020 (67), seguida de uma recuperação pontual em 2021 (104). No entanto, o índice voltou a cair fortemente em 2022 (60) e permaneceu em declínio em 2023 (59). Essa oscilação pode indicar fragilidade na infraestrutura, saturação de mercado em áreas urbanas ou redefinição de critérios de contabilização de linhas ativas, revelando um cenário de desequilíbrio regional (Gráfico 20).





O estado do Pará, por sua vez, demonstrou crescimento moderado e mais estável. Partindo de 79 linhas por 100 habitantes em 2019, o indicador chegou a 90 em 2023, mantendo um ritmo de avanço quase contínuo. Esse comportamento indica uma ampliação do acesso aos serviços móveis de forma mais estruturada no estado como um todo, com cobertura mais homogênea e menor volatilidade que nos demais níveis. No entanto, a diferença entre o estado e municípios do interior, como Rurópolis, continua apontando para disparidades territoriais relevantes no acesso digital e à conectividade (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Rurópolis, as despesas per capita com cultura e gestão ambiental oscilaram ao longo do período. Em 2019 e 2020, os valores foram estáveis girando em torno de R\$ 25, com uma queda para R\$ 21 em 2021. Em 2022, houve recuperação para R\$ 30, seguida de leve recuo para R\$ 28 em 2023. Essa variação indica certa irregularidade na priorização orçamentária dessas áreas, o que pode refletir limitações fiscais ou alternância de políticas públicas voltadas ao meio ambiente e à cultura local (Gráfico 21).

A RI Tapajós apresentou um padrão semelhante de oscila-

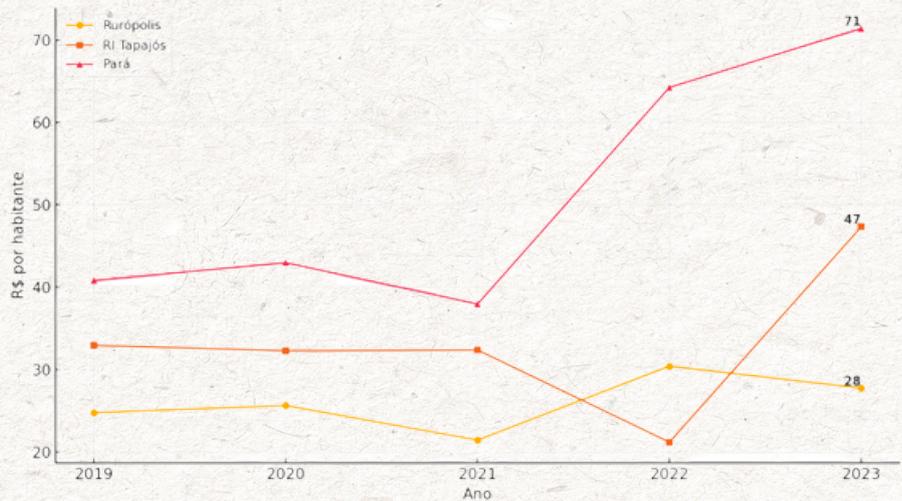
ção, mantendo-se estável entre 2019 e 2021 (cerca de R\$ 32) e registrando uma queda acentuada em 2022, quando a despesa caiu para R\$ 21 por habitante. No entanto, em 2023, houve uma recuperação significativa para R\$ 47, o maior valor da série. Essa recuperação pode sinalizar retomada de investimentos regionais em políticas ambientais e culturais, com possível influência de programas estaduais ou federais descentralizados (Gráfico 21).

O estado do Pará registrou a trajetória mais consistente de crescimento. Após ligeira queda em 2021 (R\$ 38), o indica-

dor saltou para R\$ 65 em 2022 e chegou a R\$ 71 em 2023, mostrando reforço expressivo no financiamento dessas áreas. Esse crescimento pode refletir tanto o fortalecimento de políticas estaduais voltadas à cultura e sustentabilidade ambiental quanto a ampliação da capacidade de investimento do estado no pós-pandemia. A distância em relação aos níveis municipal e regional destaca a importância de estratégias de descentralização para equilibrar a aplicação de recursos e promover equidade territorial (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 28/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

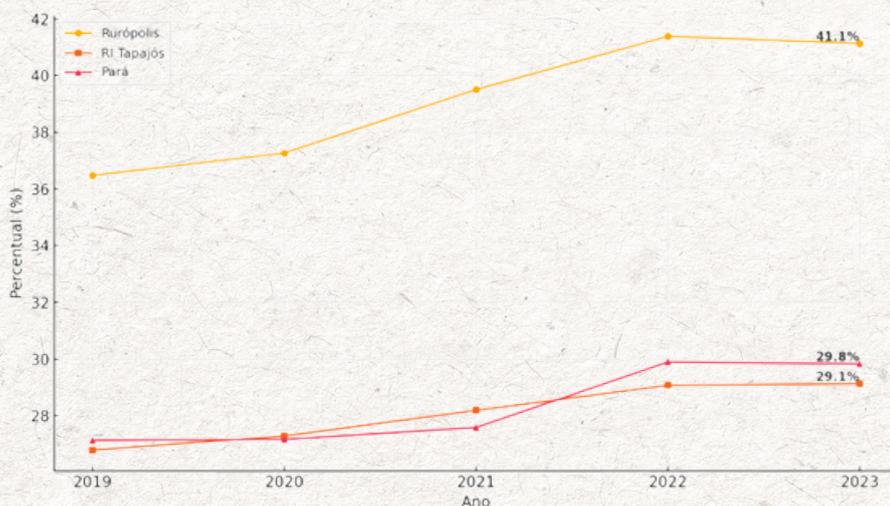
No município de Rurópolis, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou uma tendência clara de crescimento entre 2019 e 2022, passando de 36,5% para 41,5%, com uma leve queda para 41,1% em 2023. Esse padrão indica a persistência de práticas inadequadas de destinação de resíduos sólidos, refletindo a ausência ou insuficiência de serviços públicos de coleta domiciliar entre a população mais vulnerável. A manutenção do indicador em patamares elevados revela uma situação crítica de exclusão ambiental, com potenciais implicações para a saúde pública e o meio ambiente (Gráfico 22).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador também seguiu tendência de alta, embora com menor intensidade. Em 2019, o percentual era de 26,9%, subindo de forma contínua até atingir 29,1% em 2022, permanecendo nesse nível em 2023. Essa trajetória evidencia que, mesmo em escala regional, uma parcela significativa da população de baixa renda ainda recorre a métodos precários para o descarte de resíduos, sugerindo a necessidade de políticas mais efetivas de cobertura e inclusão ambiental nos municípios que compõem a RI (Gráfico 22).

No estado do Pará, o indicador permaneceu relativamente estável até 2021, mas teve um

salto entre 2021 e 2022, passando de 27,6% para 29,8%, mantendo esse nível em 2023. Esse aumento pode refletir pressões urbanas e rurais relacionadas à informalidade na gestão de resíduos, especialmente em regiões periféricas ou de difícil acesso. Embora o patamar estadual seja inferior ao de Rurópolis, o crescimento recente sinaliza uma tendência preocupante e reforça a urgência de ampliação dos serviços de coleta e educação ambiental voltados à população de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Rurópolis, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar aumentou significativamente entre 2019 e 2021, saindo de 66% para um pico de 76,4%, indicando agravamento das condições de saneamento básico entre os mais pobres. A partir de 2022, o indicador começou a recuar, chegando a 68,2% em 2023, o que pode refletir a introdução de melhorias pontuais na infraestrutura sanitária. Ainda assim, o valor permanece muito elevado, apontando que a maioria da população vulnerável do município depende de soluções sanitárias precárias (Gráfico 23).

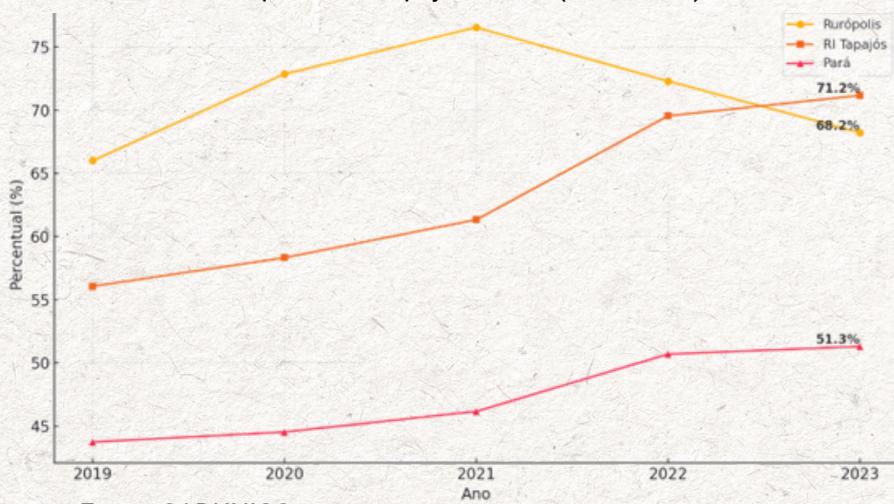
Na RI Tapajós, o indicador

também cresceu de forma contínua até 2022, partindo de 56,1% em 2019 para 69,6%, com leve aumento para 71,2% em 2023. O avanço constante sugere que o problema da precariedade sanitária se agravou ou, alternativamente, que houve maior identificação e registro da situação real dos domicílios de baixa renda. De toda forma, a alta proporção de fossas rudimentares na região destaca uma fragilidade estrutural no saneamento rural e periurbano, com impactos diretos na qualidade de vida e nas condições de saúde pública (Gráfico 23).

No estado do Pará, o comportamento foi de crescimento

moderado, passando de 43,7% em 2019 para 51,3% em 2023. Embora o avanço não tenha sido tão acentuado quanto em Rurópolis ou na RI Tapajós, a elevação contínua do percentual indica que o estado como um todo ainda enfrenta grandes desafios na universalização de sistemas sanitários adequados. A situação mostra que, mesmo com investimentos em infraestrutura nos últimos anos, o acesso ao saneamento seguro ainda não alcançou de maneira eficaz a população de baixa renda, sobretudo em áreas mais isoladas e de menor densidade urbana (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



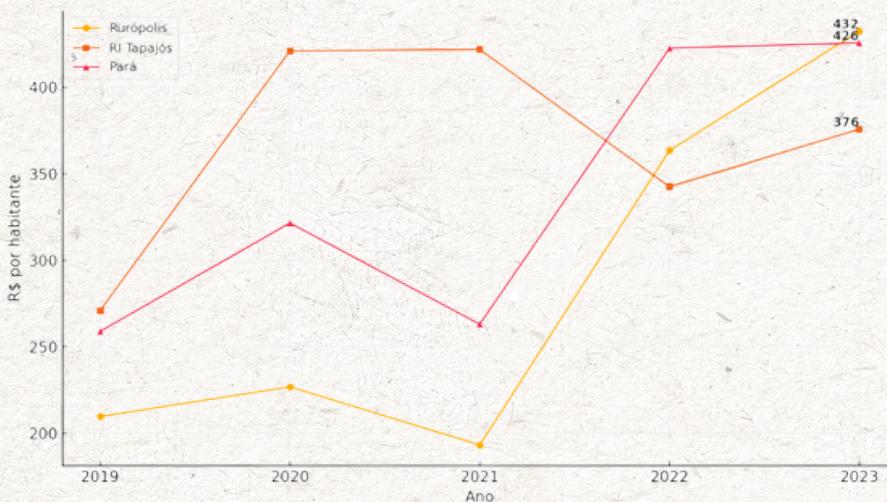
O município de Rurópolis apresentou uma trajetória oscilante no gasto per capita com prevenção de desastres entre 2019 e 2023. O valor inicial de R\$ 210 em 2019 aumentou levemente em 2020, mas caiu para R\$ 192 em 2021. A partir de 2022, observa-se um aumento expressivo, atingindo R\$ 364 em 2022 e R\$ 432 em 2023. Esse crescimento recente pode indicar a priorização de políticas de gestão de risco diante de eventos climáticos extremos ou desastres naturais locais, refletindo maior alocação orçamentária para prevenção e resposta a emergências (Gráfico 24).

Na Região de Integração Tapajós, os gastos por habitante foram maiores em comparação a Rurópolis no início da série. Em 2020 e 2021, o valor manteve-se elevado, em torno de R\$ 420, mas caiu para R\$ 343 em 2022. Em 2023, houve uma retomada parcial para R\$ 376. A trajetória sugere que a região manteve um padrão relativamente alto de investimento, com flutuações que podem estar relacionadas à execução orçamentária de programas específicos em determinados municípios, mas com consistência maior que a do município isoladamente (Gráfico 24).



No estado do Pará, o comportamento foi similar ao de Rurópolis, com uma queda em 2021 (R\$ 262), seguida por um aumento expressivo nos anos seguintes, chegando a R\$ 426 em 2023. Esse crescimento pode estar associado ao fortalecimento de políticas estaduais de defesa civil e resiliência climática, em um contexto de crescente preocupação com enchentes, queimadas e outras ocorrências ambientais críticas. A tendência estadual indica um esforço coordenado para ampliar a capacidade de prevenção e adaptação a desastres, alcançando valores próximos aos da RI Tapajós (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 432/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Rurópolis, os gastos per capita com preservação aquática foram extremamente baixos durante todo o período analisado. O município registrou valores nulos entre 2019 e 2022, com uma pequena alocação de R\$ 1 por habitante apenas em 2023. Esse padrão evidencia uma quase ausência de investimento municipal direto nessa área, o que pode comprometer a conservação de corpos d'água, mananciais e ecossistemas aquáticos locais — especialmente em um território amazônico com alta sensibilidade ambiental (Gráfico 25).

Na Região de Integração Tapajós, os valores foram modestos, mas relativamente

constantes. A despesa variou entre R\$ 26 e R\$ 35 entre 2019 e 2021, caindo para R\$ 22 em 2022, e voltando a subir para R\$ 36 em 2023. Ainda que os recursos não sejam elevados, a constância sugere alguma estrutura institucional voltada à preservação aquática, o que pode incluir ações regionais em rios de maior relevância econômica e ambiental, como o Tapajós e seus afluentes (Gráfico 25).

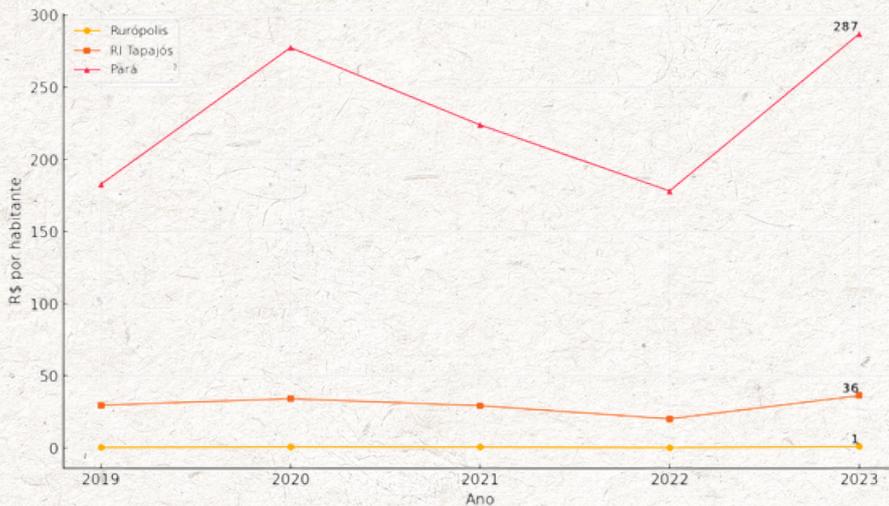
O estado do Pará apresentou os maiores volumes de investimento per capita, saindo de R\$ 183 em 2019, atingindo um pico de R\$ 275 em 2020, e chegando a R\$ 287 em 2023. Apesar de flutuações no meio do período, o nível de alocação estadual é significativamente superior ao municipal e regional, indicando prioridade na agenda pública para preservação de recursos hídricos. Essa atuação pode refletir tanto





políticas ambientais estaduais quanto repasses e programas cofinanciados por organismos nacionais ou internacionais voltados à proteção da biodiversidade e dos sistemas hídricos da Amazônia (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

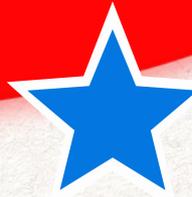
Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Rurópolis, o percentual de área coberta por floresta em relação à área total do município apresentou uma tendência de queda contínua ao longo do período de 2019 a 2023. O indicador passou de 68,5% em 2019 para 62,4% em 2023, o que representa uma redução de mais de 6 pontos percentuais em cinco anos. Essa perda progressiva de cobertura florestal é reflexo direto da intensificação do desmatamento, indicando pressão crescente sobre os recursos naturais e fragilidade nos mecanismos de conservação ambiental no território municipal (Gráfico 26).

Na Região de Integração (RI) Tapajós, embora os percentuais sejam superiores, também se observou uma oscilação negativa entre 2019 e 2022, quando o índice caiu de 83,5% para 79,5%.

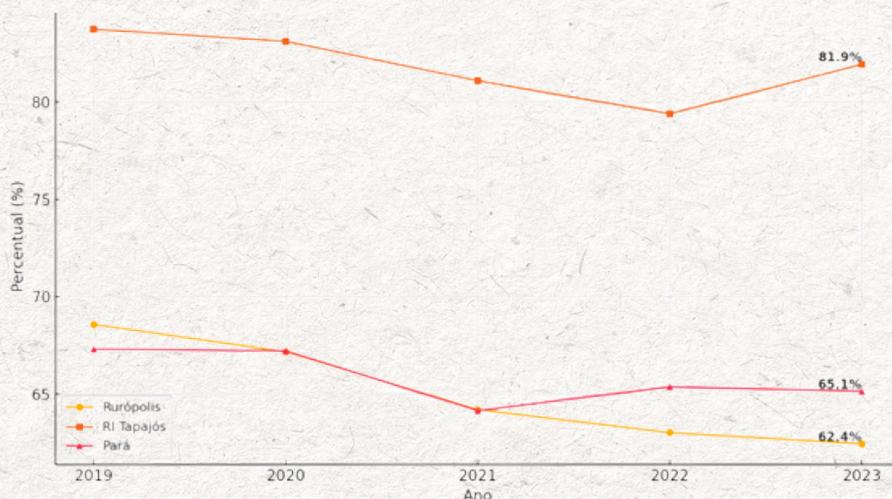
Em 2023, no entanto, há uma recuperação para 81,9%, sugerindo possível reforço em ações de controle ou desaceleração de processos de desmatamento na escala regional. Ainda assim, o nível atual segue abaixo do registrado no início da série, o que evidencia uma preocupação estrutural



em relação à sustentabilidade da cobertura vegetal mesmo em áreas com predominância de floresta nativa (Gráfico 26).

No estado do Pará, o percentual de área florestal se manteve relativamente estável ao longo do período, com leve queda entre 2019 e 2021, de 67,3% para 64,2%, e uma posterior recuperação para 65,1% em 2023. Apesar de estar em um nível inferior ao da RI Tapajós, a estabilidade relativa do indicador estadual sugere que as ações de comando e controle ambiental em escala macro podem ter contido maiores perdas. No entanto, a distância em relação ao patamar ideal de conservação indica que os desafios do desmatamento ainda estão longe de ser superados, especialmente em áreas mais pressionadas por atividades econômicas (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O percentual de área desmatada em Rurópolis aumentou de forma contínua entre 2019 e 2023, passando de 30,9% para 36,9%, o que representa um avanço de 6 pontos percentuais em cinco anos. Esse crescimento progressivo reforça a leitura da perda de cobertura florestal observada no gráfico anterior e indica uma pressão crescente por uso alternativo da terra, possivelmente voltado à expansão agropecuária ou exploração madeireira. O valor elevado coloca o município em uma posição crítica frente aos compromissos de preservação ambiental e mitigação das mudanças climáticas (Gráfico 27).

Na RI Tapajós, o comportamento do indicador foi mais oscilante. A área desmatada passou de 10% em 2019 para 11,2% em 2021, com um salto

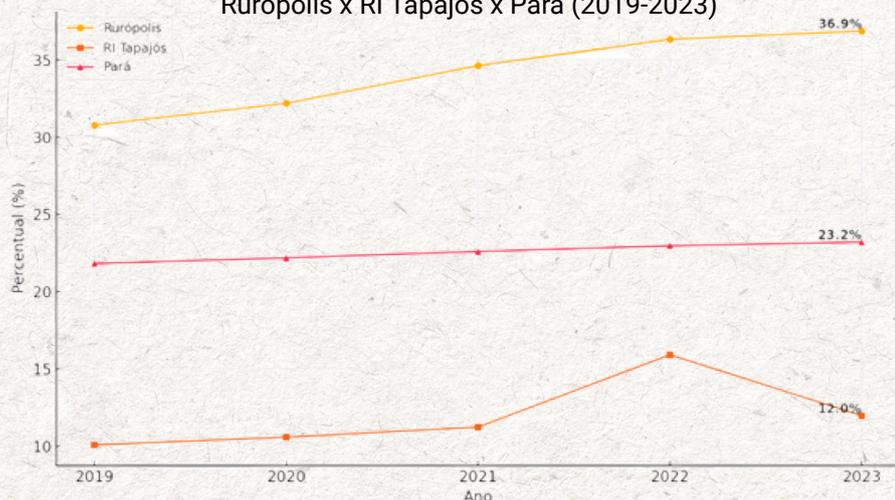
expressivo para 16% em 2022, seguido de uma queda para 12% em 2023. Essa variação sugere um episódio específico de maior avanço do desmatamento em 2022, possivelmente associado a pressões conjunturais como aumento de demanda por áreas produtivas ou enfraquecimento de mecanismos de fiscalização. A queda em 2023 pode indicar uma reação institucional de controle ou uma desaceleração da dinâmica de abertura de novas áreas (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual de área desmatada cresceu de forma lenta e contínua, variando de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. Embora o aumento tenha sido discreto, ele confirma a tendência de avanço sobre áreas naturais mesmo no cenário estadual,

ainda que em ritmo menor que no nível municipal. A estabilidade relativa no longo prazo pode ser resultado de políticas estaduais de combate ao desmatamento, mas o patamar ainda elevado mostra que tais ações precisam ser intensificadas e descentralizadas para surtirem efeito em regiões críticas como Rurópolis e sua RI (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

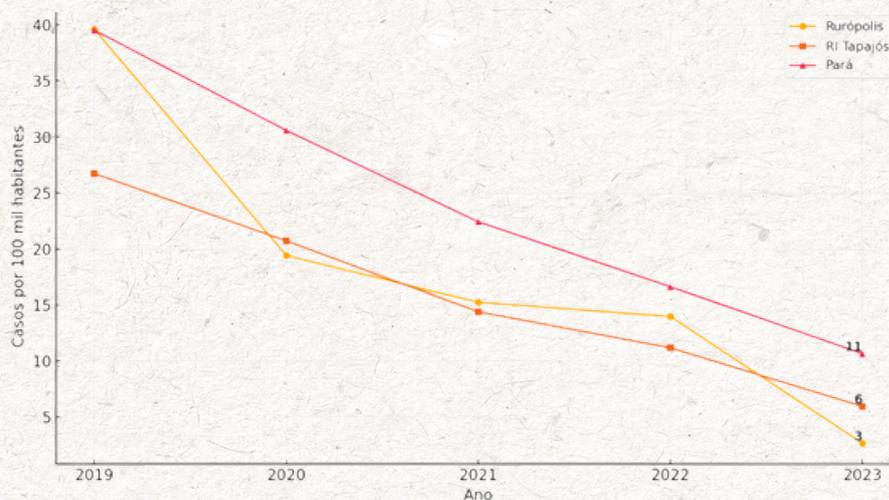
No município de Rurópolis, o índice de trabalho infantil apresentou uma queda expressiva e consistente ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, a taxa era de cerca de 39,7 casos por 100 mil habitantes, caindo rapidamente para 19,5 em 2020 e continuando a diminuir até atingir apenas 3,2 casos por 100 mil habitantes em 2023. Essa redução acentuada sugere a eficácia de ações de combate ao trabalho infantil, possivelmente em articulação com políticas de proteção social, ampliação do acesso à educação e atuação de conselhos tutelares no território municipal (Gráfico 28).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento do indicador também foi de queda progressiva, saindo de 26,9 casos por 100 mil habitantes em 2019 e chegando a 6,4 em 2023. Apesar de menos abrupto do que em Rurópolis, o recuo mostra avanços importantes na redução dessa violação de direitos, com destaque para a queda entre 2021 e 2023, período que pode ter refletido maior articulação regional de políticas públicas ou aumento da cobertura de programas de transferência de renda e acompanhamento familiar (Gráfico 28).



Em nível estadual, o Pará também apresentou trajetória decrescente no trabalho infantil, embora com valores mais elevados em todo o período. A taxa caiu de 39,4 em 2019 para 11,2 em 2023, o que representa uma redução de mais de 70% em quatro anos. A consistência na queda aponta para uma diretriz estadual de enfrentamento ao trabalho infantil, ainda que os números mais altos revelem que há desafios estruturais significativos, especialmente em regiões mais populosas ou de forte informalidade econômica (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Rurópolis, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou grande oscilação entre 2019 e 2023. Em 2019, a taxa era de 17,8, mas caiu drasticamente para 3,8 em 2020. A partir daí, iniciou-se um movimento de crescimento acentuado, alcançando 28,2 em 2023. Essa curva revela um cenário preocupante de recrudescimento da violência letal nos últimos anos, possivelmente relacionada ao aumento da criminalidade organizada, à fragilidade na segurança pública local ou à falta de políticas de prevenção social da violência (Gráfico 29).

Na RI Tapajós, o indicador se

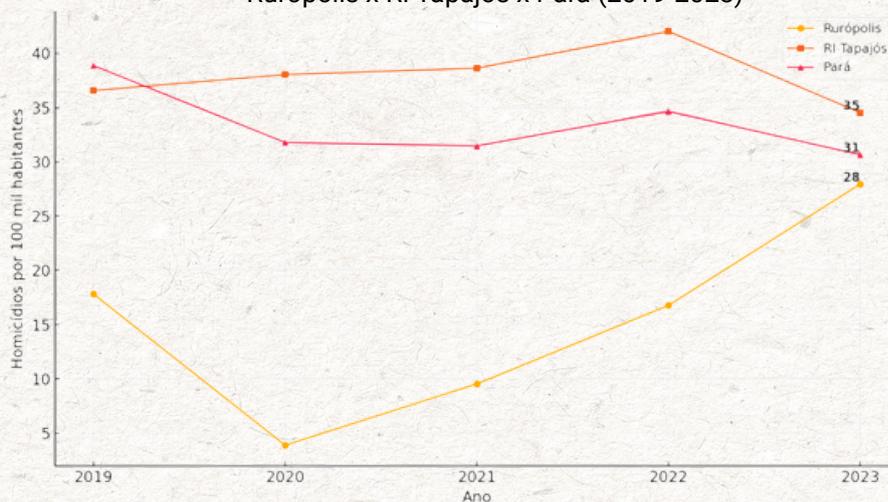
manteve elevado e relativamente estável durante todo o período, oscilando entre 36,6 em 2019 e 42,0 em 2022, com queda para 35,1 em 2023. A persistência de altos índices de homicídio na região indica um padrão estrutural de violência, com raízes em fatores como conflitos fundiários, expansão de rotas do tráfico, presença de garimpos ilegais ou ausência de aparato de segurança adequado em áreas críticas da região. A leve queda recente pode refletir ações pontuais de repressão, mas ainda sem alteração estrutural da dinâmica violenta (Gráfico 29).

O estado do Pará apresentou

comportamento relativamente estável, mas com variação leve entre os anos. A taxa era de 39,1 em 2019, caiu para 31,6 em 2021, subiu levemente em 2022 e terminou em 31,0 em 2023. Apesar de uma aparente tendência de leve queda nos últimos anos, o estado ainda se mantém em patamares preocupantes de violência letal, o que exige políticas integradas de segurança, justiça e desenvolvimento territorial para romper o ciclo da criminalidade e ampliar a efetividade das ações preventivas (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Rurópolis manteve um patamar elevado de gasto público municipal em relação ao seu PIB, variando entre 24,5% e 27,2%. Após uma leve queda entre 2018 (26,7%) e 2020 (24,5%), observou-se uma recuperação nos dois anos seguintes, culminando no maior valor da série em 2022. Essa trajetória sugere que, mesmo com flutuações na atividade econômica local, o município manteve uma proporção significativa de sua renda movimentada via gastos públicos, o que pode indicar forte dependência da máquina pública para dinamizar a economia local (Gráfico 30).

Na Região de Integração (RI) Tapajós, a proporção dos gas-

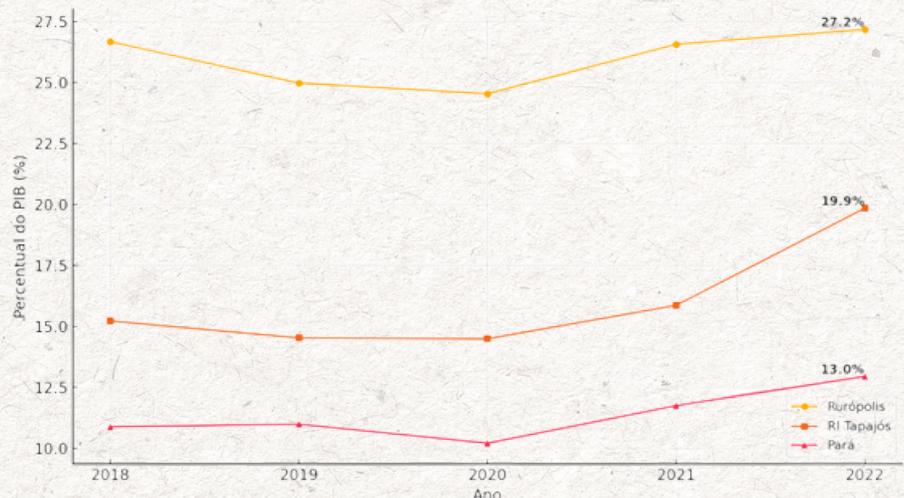
tos municipais em relação ao PIB foi sistematicamente inferior à de Rurópolis, oscilando de 15,3% em 2018 para 19,9% em 2022. Após um período de estabilidade entre 2019 e 2020 (em torno de 14,5%), houve uma recuperação constante a partir de 2021. Esse aumento pode refletir maior capacidade de investimento dos municípios da RI ou crescimento mais contido do PIB regional, com manutenção dos padrões de gasto. A tendência de crescimento recente indica maior ativação da política pública local no conjunto dos municípios que compõem a região (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, o indicador apresentou os menores valores da série, iniciando em

11% em 2018 e encerrando em 13% em 2022. A relativa estabilidade entre 2018 e 2020, seguida por leve elevação nos dois últimos anos, revela que o peso dos gastos municipais no PIB estadual é limitado, refletindo a força de outros segmentos econômicos com menor interferência da administração pública, como a indústria extrativa e a agropecuária em larga escala. A diferença entre os níveis municipal/regional e o estadual evidencia o papel mais relevante do setor público nas economias locais, especialmente em regiões interioranas e menos industrializadas (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa no município de Rurópolis apresentou um crescimento expressivo, saindo de cerca de 0,7 ponto por 100 habitantes em 2019 para 5 pontos em 2023. Após uma leve queda entre 2019 e 2020, o indicador começou a subir de forma mais acentuada a partir de 2021, com destaque para o avanço entre 2021 e 2022, quando praticamente triplicou. Esse comportamento revela um esforço local mais recente na expansão da infraestrutura de conectividade digital, ainda que partindo de um patamar historicamente muito baixo (Gráfico 31).

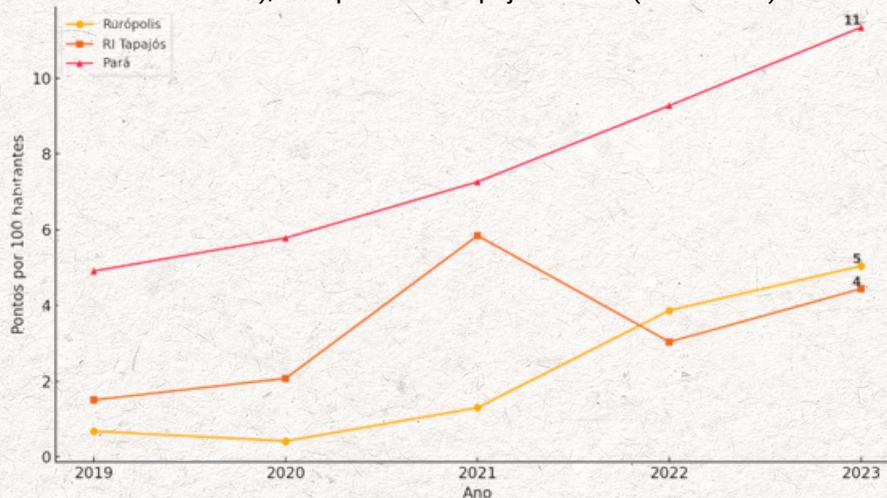
Na Região de Integração do Tapajós, a trajetória foi mais instável. O indicador cresceu de 1,5 ponto em 2019 para um pico de quase 6 pontos em 2021, mas sofreu queda em 2022, recuando para cerca de 3 pontos, e depois retomou crescimento moderado até alcançar 4 pontos em 2023. Essa oscilação sugere variações nos investimentos ou na continuidade dos serviços de internet fixa, possivelmente impactados por fatores estruturais regionais, como a dispersão populacional ou limitações de cobertura em áreas rurais e isoladas (Gráfico 31).

Já no âmbito estadual, o Pará apresentou uma evolução con-

tínua e consistente, subindo de 4,9 pontos em 2019 para 11 pontos por 100 habitantes em 2023. Esse crescimento linear e sustentado indica uma política estadual mais robusta de expansão do acesso à internet fixa, provavelmente associada a programas públicos de inclusão digital ou ao avanço do setor privado nos grandes centros urbanos. A diferença entre os níveis municipais, regionais e estadual mostra uma desigualdade significativa no acesso à conectividade, evidenciando desafios na interiorização da banda larga no Pará (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



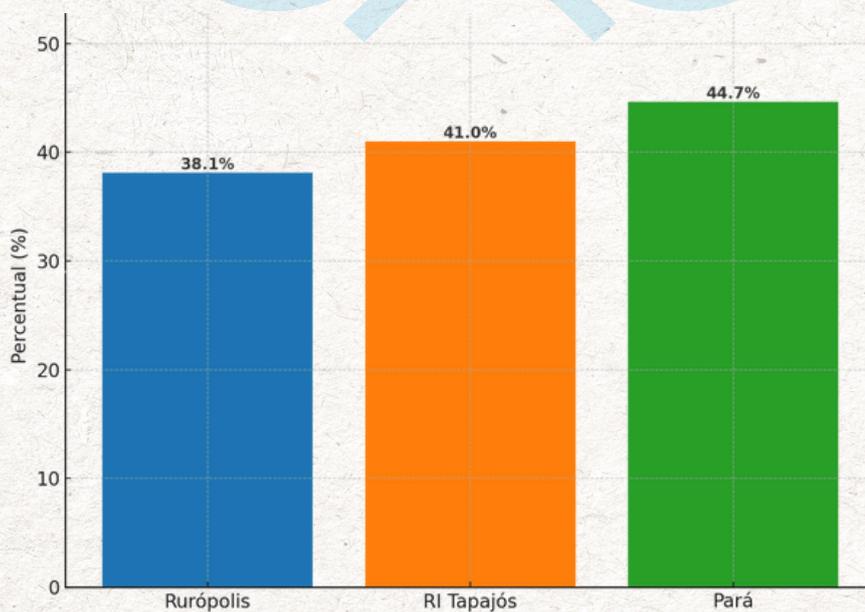
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Rurópolis** registrou um IDS de **38,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Rurópolis x RI Tapajós x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



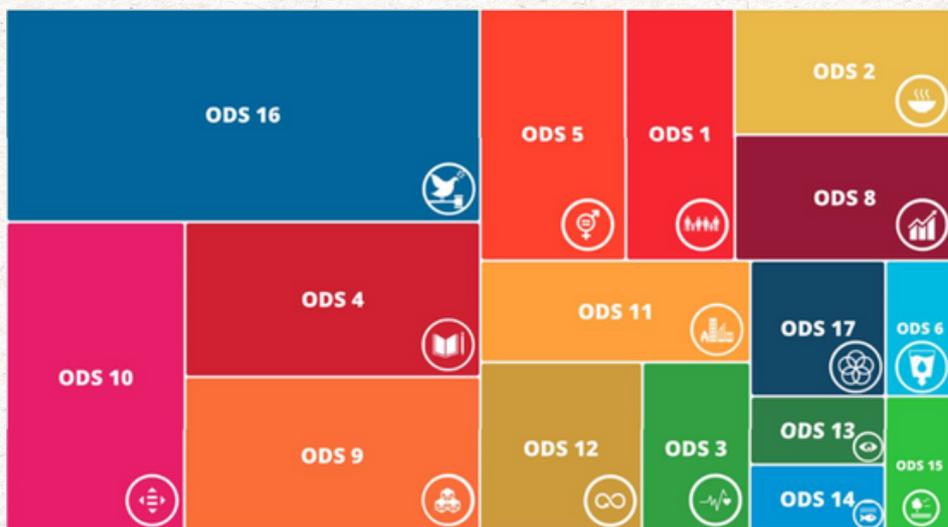
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

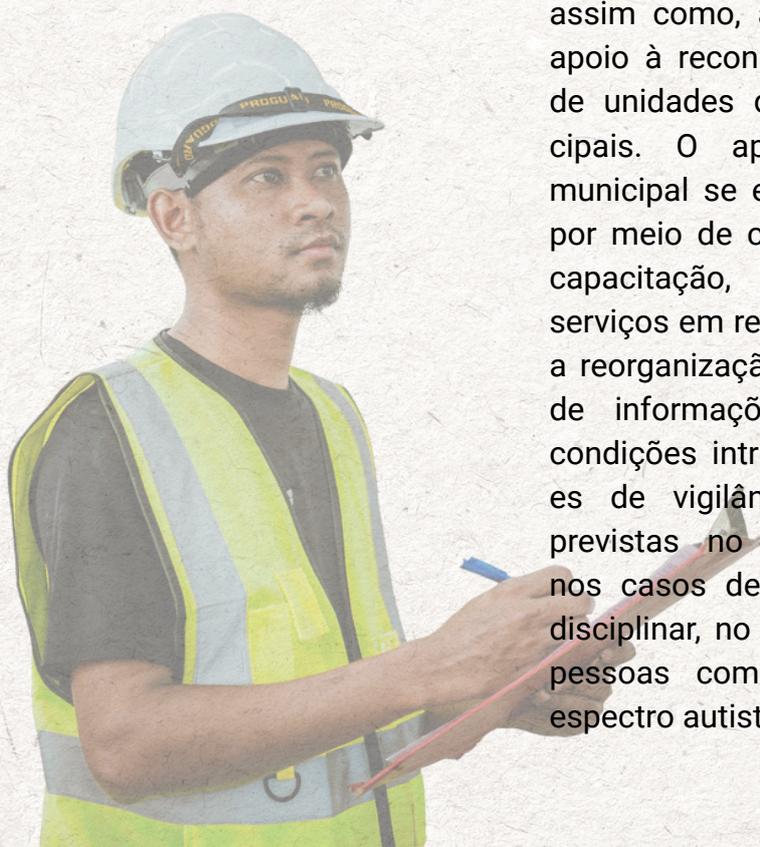


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Rurópolis na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.

Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

